

Cartas Políticas a Um Operário

Raul PILLA

I

12.6.1945

Dizes-me, Antônio, que os operários devem desejar a permanência do sr. Getúlio Vargas no poder, porque êle foi, e somente êle, quem se preocupou com o seu bem-estar, promovendo e promulgando as leis sociais atualmente em vigor. No teu modo de entender, nenhum dos dois candidatos apresentados serve: nem Eduardo Gomes, nem Eurico Dutra. O homem é Getúlio, tu queres Getúlio.

Deixarei de lado, por ora, êsse estranho critério, segundo o qual as grandes questões nacionais se resolvem de acôrdo com interesses particulares, sejam êles do indivíduo ou da classe. Vou colocar-me no teu ponto de vista e discutir como se eu também fôra um operário e só como operário pensasse.

Não é verdade que tudo ou quase tudo se deva ao Ditador em matéria de proteção e assistência ao trabalhador. Já muito antes que êle subisse ao poder, em 1930, tinha começado, no Brasil, a operar-se o movimento, não só no seio da opinião pública, mas também na esfera da legislação. Como fez notar um jornalista, iniciou-se êle em 1917, vinte anos antes da "era getulliana" com a discussão do Código do Trabalho na Câmara dos Deputados. Em 1919, tivemos a lei de acidentes do trabalho; as leis relativas às férias compulsórias são de 1925 e 1934 (regime constitucional e democrático); a lei de proteção às mulheres e aos menores data de 1932 e de trinta e cinco a de estabilidade após dez anos de serviços.

Com vês, Antônio, tudo isto precede a Ditadura, que se quer arrogar a benemerência das reformas. Muita coisa precede a própria candidatura do sr. Getúlio Vargas, em 1929. Êste nada mais fez do que seguir nas águas de um movimento havia muitos anos começado. Dêle não foi a iniciativa. E difícil seria a qualquer governante subtrair-se, quer aos compromissos internacionais costraídos com a Liga das Nações, quer à crescente pressão moral da consciência dos povos.

Seja conceder-me-ás; mas, se não lhe coube a iniciativa, também não se pode negar ao sr. Getúlio Vargas o mérito de haver prosseguido na senda das reformas sociais durante os seus quinze anos de govêrno.

Ora, se mérito há nisto, Antônio, não é tanto dele, como de uma formidável campanha política, de que, por fôrça, hás-de ter ouvido falar: a campanha liberal. No seu programa, que — ouve bem Antônio — não foi elaborado pelo candidato Getúlio Vargas, estavam formuladas e ao eleitorado prometidas tôdas as reformas sociais, cujo mérito a propaganda oficial tem querido atribuir exclusivamente à pessoa do Ditador. A prova aqui a tenho, Antônio, no seguinte trecho do manifesto da Aliança Liberal, redigido pelo então deputado Lindolfo Collor e aprovado na grande convenção de 20 de setembro de 1929:

"A proteção aos interesses dos operários deve ser completa. A conquista das oito horas de trabalho, o aperfeiçoamento e ampliação da lei de férias, dos salários mínimos, a proteção das mulheres e dos menores, todo êsse novo mundo moral que se levanta, nos nossos dias, em amparo do proletariado, deve ser contemplado pela nossa legislação, para que não se continue a ofender os brios morais dos nossos trabalhadores com a alegação de que o problema social no Brasil é um caso de polícia".

Aqui tens, Antônio. Esta legislação social, que tu e muitos operários, como tu enganados por uma propaganda sistemática e exclusiva, pensais dever à pessoa do Ditador, deve-se, em verdade, a uma grande campanha política e, sobretudo, à mudança dos tempos. O sr. Getúlio Vargas foi um simples instrumento, nunca sincero e nem sempre eficaz, destas reivindicações sociais. Se pensas dever-lhe muito e por isto te julgas obrigado a desejar a sua continuação no govêrno, estás redondamente enganado. E' o que verás melhor em outra carta, se me dispensares a atenção de considerar devidamente esta.